

A Inglaterra elisabetana e os conflitos pelo poder

José Renato Ferraz da Silveira¹

Resumo: Por meio de pesquisa bibliográfica e histórica, este artigo visa ao entendimento acerca do impactante significado da política como tragédia. Consta que, quanto mais as ações humanas se voltam para o poder ou são atraídas por ele, mais os homens perdem o controle de suas ações. É assim o palco da política que contém desafios e tensões constantes para todos, em qualquer época, superando antigas concepções que imprimiam estabilidade ou coerência à política. Buscamos analisar o tempo histórico do governo da rainha inglesa Elisabeth (1558-1603). Foram selecionadas – como recortes para análise – situações limites em que os conflitos e a possível perda do poder são evidentes: ao ascender ao trono inglês, ao escolher seus ministros e ao não se casar com os pretendentes. Essa é a dimensão trágica da política, do qual a vida e morte, ascensão e decadência, glória e fracasso são etapas inevitáveis e constitutivas da eterna disputa pelo poder político.

Palavras-chave: Política; Tragédia; Poder; Elisabeth; Mary Stuart.

¹ José Renato Ferraz da Silveira é Mestre e Doutor em Ciência Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Coordenador do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria onde é professor adjunto. É Pesquisador do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política da PUC-SP e coordenador do PRISMA, Núcleo de Pesquisas em Relações Internacionais de Santa Maria. jreferraz@hotmail.com.

Abstract: Through the bibliographic and historic research, this article aims the comprehension concerning the shattering significance of politics as a tragedy. This academic work notes that much more human actions are either turning to the power or are attracted to it, more they lose the control on its own actions. This is the politic stage which contains challenges and constant tensions for all, whatever the age, overcoming old conceptions that used to offer stability or coherence to the general politics. We purpose to analyze the historic time of the English's government of the Queen Elizabeth (1558-1603). Three limit situations were selected – as a cutting analysis – where the conflicts and the possible loss of power are evident: in the rising to the English throne, the choice of ministers and the abstinence of marriage, despite of the several candidates. This is the tragic dimension of politics, which the life and the death, the rising and the decline, the glory and the failure are, all of them, inevitable and constitutive steps of the everlasting dispute for the political power.

Key-words: Politics; Tragedy; Power; Elizabeth; Mary Stuart.

I. Introdução

Em todas as paróquias da Inglaterra, os sinos repicavam. Nas colinas onduladas dos condados meridionais, nos altos vales do norte e nas baixadas pantanosas do leste, ouviam-se os sons festivos da comemoração. Nas grandes cidades dos *Midlands*, assavam-se bois e veados no espeto para banquetes públicos; companhias de atores e músicos divertiam as multidões à luz de fogueiras que queimavam a noite inteira. Conforme Allan (1996), em Cambridge, os doutores da Universidade vestiam becas escarlates parecendo-se com os imperadores romanos sagrados e saíam de suas faculdades em procissão, para ouvir sermões e orações em honra de sua soberana. E, longe de casa, saudosos pela terra, nos pontos mais remotos do oceano Atlântico, os marinheiros dos navios ingleses davam salvas de canhão e rasgavam o céu com fogos de artifício.

Ainda segundo Allan (1996), a partir de 1576, quando a data do aniversário da ascensão da rainha Elisabeth² ao trono da Inglaterra foi declarada como feriado pela primeira vez, a ocasião foi marcada por júbilo geral³. A pompa da cavalaria medieval era revivida pelos nobres, que se desafiavam para combates rituais em honra da rainha e ofereciam versos solenes ou cômicos, cheios de alusões à vida na corte e animados por acessórios elaborados e recursos teatrais. Os participantes dos torneios sabiam que estavam vivendo uma época não menos colorida e gloriosa do que a dos cavaleiros e heróis que a imitavam.

De acordo com Churchill (1960), Elisabeth estava com 25 anos de idade quando, destreinada de assuntos políticos, sucedeu à sua meia-irmã, no dia 17 de novembro de 1558; a jovem filha de Henrique VIII tomara em suas

² De acordo com Maurois (1965), a rainha Elisabeth, além de ser muito espirituosa, erudita, ora felicitava um maior pela forma como falava latim, ora louvava as velhas donas de casa pelo gosto dos seus cozinhados. Praguejava, cuspiam, dava murros quando a irritavam, e ria perdidamente quando a distraíam, o que era muito fácil. Tinha réplicas prontas e inesgotáveis. Sob a volúpia do prazer ou enfrentando grandes acontecimentos, a sua alma reagia com uma vivacidade, um abandono e uma presença de espírito, que faziam dela um espetáculo fascinante.

³ De acordo com alguns autores, o povo inglês amava a Rainha como uma “santa no meio dos mortais”.

mãos o perturbado reino insular que governaria por quase meio século. Em seu longo reinado, passaria por perigos como crises econômicas, catástrofes naturais, subversões, intrigas palacianas, além de inimigos estrangeiros. Mas seria uma época em que a genialidade floresceria e a riqueza aumentaria, aventureiros marítimos descobririam mundos novos e até o aldeão mais isolado do reino sentiria o pulsar do patriotismo. Apesar disso, homens famintos ainda perambulavam pelas estradas e fortunas eram perdidas tanto quanto ganhas na mesma proporção, mas, para os que compartilharam seus sucessos, o reinado de Elisabeth foi a idade de ouro da Inglaterra. O presente artigo analisa a trajetória histórica do governo da rainha inglesa Elisabeth (1558-1603).

Foram selecionadas – como recortes para análise – situações limites em que os conflitos e a possível perda do poder são evidentes: ao ascender ao trono inglês, ao escolher seus ministros e ao não se casar com os pretendentes. Essas situações para análise são escolhidas a partir do trinômio da leitura realista de Maquiavel – conquista, manutenção e perda – e reforçam que o jogo político exige decisões que implicam em consequências devastadoras – exitosas ou funestas – para os personagens que atuam no palco da política.

II. Desenvolvimento

A escolha dos ministros

Segundo os historiadores (CHURCHILL, 1960; WOADWARD, 1964), a sorte da Inglaterra foi a nova rainha possuir qualidades inatas e ter sido cuidadosamente educada. Seu principal tutor foi o famoso erudito de Cambridge Roger Ascham, que, ao contrário do ensino mecânico e baseado em castigos, típicos daquela época, tratava sua pupila com delicadeza, paciência e respeito. Elisabeth revelou-se uma aluna brilhante, com um dom especial para as línguas; era capaz de conversar em latim como se fosse língua natal,

e lia, escrevia e traduzia com facilidade latim e grego, além de ser fluente em italiano e, possivelmente em francês.

De acordo com Valentin (1965), Elisabeth lembrava a aparência do pai: porte autoritário, cabelos castanhos, palavra eloquente e uma dignidade natural; outras semelhanças foram logo notadas: grande coragem em momentos de crise, feroz e impetuosa determinação, quando desafiada, e um lastro quase inexaurível de energia física. Gostava dos mesmos passatempos e atividades prediletas do pai: paixão pela caça, perícia em manejar o arco e o “Hawking”, gosto pela dança e pela música. Conforme Maurois (1965, p. 264), “desde a conquista normanda, nenhum soberano havia sido de sangue tão puramente inglês como ela. Por seu pai, Elisabeth descendia de reis tradicionais; por sua mãe, dum fidalgo do país”.

Conforme Churchill (1960), Elisabeth tivera uma infância difícil e uma adolescência acidentada. Empurrada de um palácio para outro, sem receber visita do pai, contava com fundos irrisórios após a execução de sua mãe. Durante o reinado de Maria, Elisabeth adquirira uma agudeza política que lhe seria útil para o resto da vida. Sua vida andou por um triz, provara a importância da precaução e da dissimulação. Sabia se conservar em silêncio, como temporizar e administrar seus recursos, foram as lições que aprendeu na mocidade. “Uma infância sofrida e difícil havia tornado Elisabeth não só extremamente cautelosa e controladora como também cônica da significação do poder que finalmente alcançara” (HELIODORA, 1978, p. 54).

O embaixador veneziano escreveu sobre Elisabeth a respeito de um momento crítico de sua vida – em 1554, quando a rainha Maria, irmã de Elisabeth, mandara encarcerá-la na Torre de Londres e ficar sob rígida vigilância – a coragem dela impressionou seus contemporâneos. Diz o embaixador veneziano: “Seu intelecto e compreensão são maravilhosos, como demonstrou muito claramente com sua conduta quando em perigo e sob suspeita” (ALLAN, 1996, p. 62).

Como explicitado anteriormente, Elisabeth tinha apenas 25 anos quando se tornou rainha. Desse modo, precisaria de todo o talento, sabedoria e perspicácia que pudesse reunir nos anos difíceis que se seguiriam.

De fato, a Inglaterra estava cercada de inimigos: a Escócia, unida pela França pelo matrimônio, cultivava velhos ódios e mandava exércitos saqueadores; na parte continental, a França olhava com ar ameaçador, enquanto a Espanha, supostamente uma aliada, mantinha espiões e aguardava o momento oportuno. No próprio país, a população suportava uma longa série de más colheitas, epidemias devastadoras e a escala incessante dos preços. Segundo um membro da corte, a situação deixava mesmo a desejar: “A rainha pobre, o reino exaurido, a nobreza pobre e decaída. Falta de bons capitães e soldados. O povo fora de ordem. A justiça não executada. Todas as coisas caras. Divisões internas. Guerras com a França e Escócia. Inimizades estáveis” (ALLAN, 1996, p. 63).

Sem dúvida, em um tempo turbulento, não é de todo errado deixar de tomar decisões irrevogáveis. Muitas vezes, é necessário tomá-las em situações tensas, em que os limites de ação estão postos; a situação realmente exigia do chefe de Estado uma política calculada e uma posição mais ou menos neutra. Sendo assim, Elisabeth procurou se cercar de homens confiáveis, hábeis e capazes de fazer o necessário para mantê-la no poder a qualquer custo. Elisabeth exigia dos seus ministros, além das qualidades administrativas, dois sentimentos novos: o patriotismo e a consciência da razão do Estado.

A escolha dos ministros por parte de um príncipe não é coisa de pouca importância: os ministros serão bons ou maus, de acordo com a prudência que o príncipe demonstrar. A primeira impressão que se tem de um governante e da sua inteligência é dada pelos homens que o cercam. Quando estes são eficientes e fiéis, pode-se sempre considerar o príncipe sábio, pois foi capaz de reconhecer a capacidade e manter fidelidade. Mas quando a situação é oposta, pode-se sempre dele fazer mau juízo, porque seu primeiro erro terá sido cometido ao escolher os assessores (MAQUIAVEL, 1999, p. 136).

Assim, Elisabeth escolheu conselheiros que se distinguiam mais pela inteligência e talento do que por sangue azul ou berço nobre: Mateus Parker, arcebispo de Cantebury; Nicolau Bacon, nomeado Lorde Guardião do Grande Selo; Roger Ascham, seu tutor, um dos seus assessores; Thomas Gresham foi

convocado para pôr o erário do reino em ordem, e sir William Cecil⁴, um administrador veterano bem versado em assuntos legais e diplomacia, que logo se transformou no assessor mais próximo de Elisabeth, posição que manteria por quarenta anos. “E, por se tornar tão íntima a união da soberana com o ministro, talvez se pudesse dizer que Elisabeth era ao mesmo tempo um homem e uma mulher: ela e Cecil” (MAUROIS, 1965). William Cecil, segundo historiadores, (CHURCHILL, 1960; WOADWARD, 1964) considerado o maior estadista inglês do século XVI; precaução e sensatez caracterizavam seus gestos: imensa habilidade nos negócios do gabinete e uma sede permanente de informações em torno dos assuntos de Estado. Todas as mensagens e cartas que entravam e saíam da corte passavam pelas mãos de Cecil, que controlava a vasta rede de servidores do governo na Inglaterra e no exterior, e estava a par de todos os segredos de Estado. Como Elisabeth, era um intelectual de gostos eruditos e inclinações conservadoras; a rainha sabia que podia confiar na obediência dele, embora nem sempre ele aprovasse as opiniões dela. “Pouco a pouco, aprendeu a reconhecer a bizarra e profunda sensatez da rainha” (MAUROIS, 1965, 268). Trabalhando juntos, Elisabeth e Cecil deram início à restauração das fortunas do reino. Como primeiro passo, o Conselho Privado, o círculo mais interno do governo, foi reduzido de 39 para 19 membros; entre os poucos escolhidos que permaneceram estavam veteranos que haviam servido a Eduardo e Maria, bem como homens novos que trouxeram novas perspectivas aos problemas com que se defrontava a Coroa. O Conselho se reunia em longas e cada vez mais frequentes sessões; se, por qualquer razão, Elisabeth estivesse ausente de uma reunião, exigia que lhe fizessem relatos detalhados das discussões. Deixara claro para seus assessores que era ela, e não eles, que comandaria o barco do Estado, declarando: “Terei aqui apenas uma senhora e não um senhor” (ALLAN, 1996, p. 63). A paz religiosa no país e a segurança contra um possível ataque da Escócia eram os mais graves

⁴ William Cecil (Lorde Burghley), filho de um *yeoman* enriquecido pela distribuição dos bens conventuais, fundou uma família que, como os Russell e os Cavendish, estaria ligada até a época atual ao governo do país. De acordo com Maurois (1965), embora todos estejam de acordo quanto à inteligência de Cecil e todas as testemunhas o confirmem, Macauley censura-o por ter sido mais da natureza do salgueiro do que da do carvalho. “Prestava a mesma atenção aos interesses do Estado que aos da própria família. Nunca abandonava os amigos, a não ser que fosse perigoso conservá-los; era um íntegro protestante, quando não tinha vantagem em ser papista”.

problemas do momento na Inglaterra. A nação se tornara protestante por Lei, a legislação católica da Rainha Mary fora revogada e o soberano fora declarado supremo chefe da Igreja inglesa através do Ato de Supremacia.

Na sociedade inglesa, havia um movimento subterrâneo de resistência à Igreja. Com a Reforma, a noção de que era um dever negar obediência à ordem estabelecida, alegando convicção íntima, generalizou-se entre o povo, num fenômeno sem precedentes desde a conversão do Império Romano ao Cristianismo, mas tão intimamente estavam ligados a Igreja e o Estado, que desobedecer a um era desafiar o outro. Um desafio e tanto para Elisabeth e seus ministros.

A ideia de que o cidadão podia escolher a doutrina que quisesse era tão estranha à mentalidade da época como seria permitir ao povo escolher as leis e os magistrados a que desejasse obedecer. O máximo que se permitia era que o cidadão mantivesse um conformismo exterior, conservando em sigilo as próprias ideias. Porém, na Europa agitada desses dias, como afirmam os estudiosos, tal sigilo era impraticável: os comentários passavam de ouvido a ouvido, eram impressos abertamente, em milhares de panfletos, espalhando curiosidade e excitação. Embora estivesse assentado que assuntos do Estado somente podiam ser legalmente debatidos por pessoas devidamente credenciadas, ao homem do povo não se pedia que pesquisasse a Sagrada Escritura e examinasse as doutrinas da Igreja, sua administração, ritos, cerimônias e as palavras dos evangelistas e apóstolos.

Em uma época na qual, nos países católicos, protestantes eram queimados como hereges, enquanto que nos centros protestantes a mesma coisa acontecia aos católicos – e pelas mesmas razões –, Elisabeth dá um monumental passo no sentido da liberdade de culto quando resolve evitar qualquer investigação maior sobre questões de foro íntimo, desde que a fórmula exterior da obediência ao culto anglicano fosse respeitada. Seu desejo era a proibição do culto católico público, a proibição da formação e da importação de sacerdotes católicos e, por outro lado, e que a amena neutralidade de sua igreja estatal fosse aos poucos assimilando a grande massa da população inglesa, cujo patriotismo fosse mais intenso do que suas convicções em favor da “velha” igreja (HELIODORA, 1978, p. 54).

É nessa conjuntura que surge o partido conhecido como o partido dos Puritanos⁵ que, durante um século, desempenharia tão importante papel na História inglesa. Democráticos em teoria e organização, intolerantes na prática para qualquer pessoa que discordasse de seus pontos de vista, os Puritanos desafiaram a autoridade política e religiosa da rainha. Embora ela prezasse a liberdade de consciência e afirmasse com sinceridade que “não abria as janelas nas mentes dos outros”, não permitiu que eles organizassem células no corpo religioso ou político. De acordo com Churchill (1960), uma minoria discordante e vigorosa poderia romper a delicada harmonia que ela pacientemente tecia. O protestantismo precisava ser alvo dos seus amigos. Enxergava a rainha, em termos políticos, o que seu sucessor, Jaime I, expôs teoricamente: “Se não for bispo, não serei Rei” (CHURCHILL, 1960, p. 88).

Elisabeth constatou que, a menos que o governo controlasse a Igreja, ele não teria como sobreviver à Contra Reforma, que então se arregimentava na Europa Católica. Assim, teve a soberana de enfrentar logo, não só o perigo católico no exterior, como também o ataque interno dos Puritanos chefiados por fanáticos exilados do reinado de Mary, que agora voltavam de Genebra⁶ e das cidades da Renânia.

A Reforma na Europa, todavia, tomou um novo aspecto quando alcançou a Inglaterra. As novas questões que agitavam o mundo, tais como a relação da Igreja Nacional com Roma, de um lado, e com o soberano, de outro; sua futura organização, seus artigos de fé; as posses de suas propriedades e das propriedades dos mosteiros, somente poderiam ser resolvidas no Parlamento, onde os Puritanos logo constituíram uma crescente e aguerrida oposição. Os membros abastados do Parlamento estavam, por sua vez, divididos. Talvez concordassem plenamente apenas em dois pontos: uma

⁵ Os Puritanos foram um fenômeno peculiarmente inglês, protestantes radicais eram incluídos exatamente no mesmo quadro punitivo que os católicos, e eles, eventualmente, se tornaram muito mais violentos e perturbadores do que estes últimos (HELIODORA, 1978, p. 54).

⁶ De acordo com Maurois (1965), Genebra não era mais bem tratada que Roma; e o calvinismo, que então se difundiu pela Inglaterra, onde engendrou o puritanismo, não era menos suspeito que o catolicismo. Os Puritanos queriam apagar os últimos vestígios da liturgia romana e suprimir todas as hierarquias que lembravam a “Babilônia”. Não reconheciam os bispos anglicanos, alardeavam o maior horror ao vício e um estranho zelo pela religião. Desejavam reorganizar o Estado inspirando-se apenas na Bíblia, e pretendiam fazer administrar a Inglaterra pelos Anciões da Igreja. Se lhes fosse possível, teriam restabelecido todas as leis de Moisés, incluindo a pena de Talião “olho por olho, dente por dente”, a pena de morte por blasfêmia, perjúrio, violação do sábado, adultério e fornicção.

vez que tinham recebido seu quinhão na partilha das terras dos mosteiros, não desejavam reparti-las e nada seria pior do que uma nova Guerra das Duas Rosas. Dividiram-se em dois grandes grupos: o dos que desejavam que as coisas já houvessem avançado o suficiente, e o dos que desejavam ainda avançar. Foi a semente da futura distinção entre Realistas e Puritanos, Sacerdotes e Dissidentes, Conservadores (*Tories*) e Liberais (*Whigs*)⁷.

O debate teológico pouco interessou à maioria da população, mas outras medidas tinham relação mais direta com a vida das pessoas. Foi feita uma reforma da moeda, retirando o dinheiro desvalorizado que estava em circulação desde o reinado de Henrique VIII. Para aumentar a força de trabalho agrícola, fora decretado que todos os homens considerados capazes, sem permissão específica para se dedicar a outras atividades, deveriam trabalhar na terra. Além do mais, o que era mais importante para aqueles que lutavam em guerras, ou viviam perto de fronteiras e costas vulneráveis, a Coroa negociou tratados que encerravam as hostilidades com a França e sua parceira, a Escócia.

O fracasso de uma tentativa inglesa de ajudar os protestantes franceses, com a tomada do porto de Le Havre em 1562, convenceu Elisabeth de que a Inglaterra deveria ficar fora de confusões no continente. Além disso, o equilíbrio de forças na Europa estava mudando: a Inglaterra continuava a ser cautelosa com a França, mas a Espanha, embora aliada nominal, começava a se constituir em uma ameaça aparentemente maior. A Espanha era a maior potência do século XVI. “Durante anos, parecia inevitável que Elisabeth ia ser esmagada por uma dessas ameaças” (MAUROIS, 1965, p. 266).

⁷ O Partido *Whigs* defendia o limite da monarquia pelo Parlamento e não aceitava a obediência absoluta ao soberano. O partido *Tory*, adversário dos *Whigs*, defendia a monarquia como um poder natural e ilimitado, derivado de Deus.

Elisabeth e os apaixonados pretendentes

Nos primeiros anos do reinado de Elisabeth, uma de suas armas diplomáticas mais poderosas era oferecer sua mão em casamento, pois quem controlasse a rainha controlaria também a Inglaterra.

Durante o reinado de Mary, ela recusara uma série de príncipes estrangeiros, anunciando que não poderia imaginar estado civil mais feliz que o de solteira. Uma coisa parecia certa do ponto de vista da segurança do Estado inglês: o país estava consciente da responsabilidade que pesava sobre os ombros de Elisabeth.

A sua força consistia em se recusar a empregar a força. Elisabeth se mostrou uma mulher prática num universo de maníacos agressivos, encontrando-se entre forças adversas de uma terrível intensidade, nacionalismos rivais da França e da Espanha, religiões rivais de Roma e Calvino (MAUROIS, 1965, p. 266). Garantir a sucessão ao trono era uma delicada questão; se ela se casasse com o cortesão que ocupava o lugar mais alto em sua consideração, sua autoridade poderia ser enfraquecida e provocaria luta entre os pretendentes. Lorde Robert Dudley, ao qual ela concedeu o título de Conde de Leicester⁸, era visto pela maioria dos nobres como o “mais querido” pela rainha. Tanto na corte quanto no exterior, circulavam rumores sobre a extensão da intimidade dos dois: “monarcas estrangeiros divertiam-se com o boato de que a rainha da Inglaterra iria casar-se com seu estribeiro-mor” (ALLAN, 1996, p. 66).

Segundo Churchill (1960), Elisabeth pressentiu o perigo de se casar com o elegante e ambicioso Conde de Leicester, ao observar as reações da corte quando de sua profunda afeição por ele. Até mesmo seu cunhado, Filipe II, viúvo de Mary, fez uma proposta sem entusiasmo e, aparentemente, recebeu com alívio sua recusa. “Ela sabia opor aos extremos que a rodeavam, o que nela era igualmente extremo: a astúcia e a arte dos subterfúgios” (MAUROIS, 1965, p. 266).

⁸ De acordo com Halliday (1990, p. 15), Leicester era impopular e inaceitável – suspeitava-se que tinha assassinado sua primeira mulher.

Herdeiros da nobreza europeia se ofereceram como noivos: os filhos do imperador germânico, o duque de Sabóia, o conde escocês de Arran e os duques franceses de Anjou e de Alençon. De acordo com Allan (1996), este último foi chamado pela rainha de “nosso sapo”⁹. Elisabeth recebia os enviados deles com cortesia, considerava suas propostas e pedia tempo.

Com todos, usava o mesmo jogo de galanteios e requiebro; mensagens amáveis, namoro poético e por vezes audacioso para terminar sempre com uma esquiva à interminável conquista. Fez assim esmorecer Filipe II, o príncipe da Suécia, o arquiduque da Áustria, o duque de Alençon, sem contar os ingleses que tanto lhe agradavam: Leicester, Essex, Raleigh, cortesãos, soldados e poetas, aos quais concedia grandes liberdades e carícias incompletas, até o dia em que, voltando à mulher a ser rainha, os enviava para a Torre (MAUROIS, 1965, p. 266-267).

Conforme Allan (1996, p. 65), aos protestantes ingleses assustava a perspectiva de sua soberana cair vítima das lisonjas de um estrangeiro católico. Um panfletário chamado John Stubbs vociferou em letra de imprensa contra o duque de Alençon, o chamando de “a própria serpente em forma de homem que vem uma segunda vez para seduzir a Eva inglesa e arruinar o paraíso inglês” (ALLAN, 1996, p. 65). Stubbs foi preso e teve uma das mãos cortadas por seu atrevimento, mas muitos compartilhavam dos receios dele.

Elisabeth se recusava a casar. Em vão, reis e príncipes a cortejaram. Em 1562, ao receber uma delegação de nobres que lhe pediam a mão em casamento e desejavam gerar um herdeiro que a sucedesse, ela respondeu: “A meu próprio tempo voltarei minha mente para o casamento, se assim é necessário para o bem público” (ALLAN, 1996, p. 66). Em outras ocasiões, expressou-se com mais vigor: “Preferiria ser um mendigo solteiro a ser uma rainha casada” (ALLAN, 1996, p. 66). A rainha sabia que, se escolhesse qualquer um desses “apaixonados pretendentes”, significaria se envolver na política continental e, conseqüentemente, teria de enfrentar a hostilidade dos adversários de seu esposo. Segundo alguns autores (CHURCHILL, 1960; MAUROIS, 1965), para o bem da Inglaterra, a rainha acabou decidindo se casar com a nação inglesa. É possível que os desastres matrimoniais de seu pai

⁹ “Frog” é a maneira pejorativa com que ingleses se referem aos franceses.

e o casamento infeliz de sua meia-irmã, Mary, tenham influenciado profundamente a atitude de Elisabeth em relação ao matrimônio e, com o tempo, ficou claro que o único casamento da rainha seria com seu povo.

O Parlamento implorou em vão à Rainha Virgem¹⁰ que se casasse e tivesse um herdeiro; temia que os fanáticos católicos assassinassem Elisabeth e colocassem no trono Mary Stuart, bisneta de Henrique VII, católica e esposa do delfim da França. Por fim, Elisabeth acabou se zangando com a pressão e não admitia mais discussão sobre isso. Sua política era dedicar sua vida a salvar o país de tais alianças, utilizando seu próprio valor potencial para dividir a Europa numa eventual combinação contra ela. As preces por vida longa e saúde para a soberana eram mais do que meras fórmulas rituais: o problema da sucessão afligia Parlamento, corte e país até o final de seu reinado.

III. Considerações finais

Elisabeth transformara um país atrasado e voltado para dentro numa potência internacional, desafiando suas rivais pelo domínio dos mares, negociando com os imperadores do Oriente e reivindicando para a Inglaterra vastas extensões do Novo Mundo. Sua determinação, cautela e energia fizeram com que uma unidade nacional inglesa, em torno da figura majestosa e santa da rainha, chefe do Estado Puritano, fosse arregimentada.

Quando subiu ao trono inglês, Elisabeth foi acolhida pelo povo quase de forma unânime. Enfrentou batalhas, intrigas palacianas, dissensões internas e tantos outros obstáculos, que até mesmo transcendem a esfera propriamente política, para chegar e se manter no poder. O estudo permeou os momentos cruciais de ascensão ao trono inglês, escolha dos ministros, matrimônio com a Inglaterra.

¹⁰ A Rainha Elisabeth se sentia envaidecida com os madrigais; gostava que lhe chamassem rainha das fadas ou Gloriana. Os mais bem informados se inclinam a pensar que nunca foi amante de ninguém, que sentia horror físico pelo casamento e que a certeza de não poder ser mãe acabou por tornar definitiva a sua decisão. Um casamento sem herdeiro entregá-la-ia inutilmente ao poder do marido e arrebatava-lhe o extraordinário prestígio da “Virgem Pública”.

Na ascensão ao trono, Elisabeth se mostrou uma estadista perspicaz e reservada. Utilizava com louvor a astúcia, a delicadeza, a sabedoria, a humildade, o bom senso e a arte dos subterfúgios.

Na escolha dos ministros, escolheu conselheiros que se distinguiam mais pela inteligência e talento do que por riqueza econômica e poder político. Enxugou o Conselho Privado e exigiu duas qualidades por parte de seus ministros: patriotismo e a consciência da “Razão de Estado”. Deixava claro quem comandaria o barco do Estado seria ela e mais ninguém, fortalecendo sua autoridade e impedindo qualquer contestação. “Determinar limites de poder requer um misto de experiência e visão e adaptação permanente às circunstâncias” (KISSINGER, 1999, p. 64).

Ao se casar com a Inglaterra, uma das armas mais diplomáticas mais poderosas de Elisabeth era oferecer sua mão em casamento. Isso servia para a bem-sucedida política de equilíbrio de poder (*Balance of Power*)¹¹ da Inglaterra, utilizou-se do seu próprio valor potencial para dividir a Europa numa eventual combinação contra ela. Além de que pode criar uma imagem pública de “Rainha Virgem”, eternamente jovem, santa, pura, casta e que dedicaria sua vida para o povo inglês.

A rainha Elisabeth possuiu a *virtú*, as virtudes, por excelência, para governar (cautela, prudência, moderação, tato, sensibilidade política e arrojo nos momentos difíceis), e a capacidade de imprimir mudanças no curso da história, realizando grandes obras. Ela foi capaz de promover a estabilidade no reino da Inglaterra, dominar as situações de desafio à sua autoridade, romper definitivamente com a Igreja Católica, conter revoltas intestinas, vencer uma guerra feroz contra a, até então, Invencível Armada Espanhola, e fez de suas esquadras reais a marinha soberana de todos os mares.

Mais do que representar o *ethos* do espírito inglês liberto dos laços estrangeiros, Elisabeth inseriu sua ação no tempo como uma estadista moderna.

¹¹ Traço característico da política externa inglesa: o equilíbrio de poder.

Referências

ALLAN, T. *História em revista*. 5. ed. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Abril livros, 1996.

CHAIA, M. *Arte e política*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2007.

CHURCHILL, W. *História dos povos de língua inglesa: o novo mundo*. Trad. Enéas Camargo. São Paulo: IBRASA, 1960.

HALLIDAY, F. E. *Shakespeare*. Trad. Bárbara Heliadora. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

HELIODORA, B. *A expressão dramática do homem político em Shakespeare*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

KISSINGER, H. *Diplomacia*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1999.

MAQUIAVEL, N. *O príncipe*. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Coleção Os Pensadores).

MAUROIS, A. *História da Inglaterra*. 4. ed. Trad. Carlos Domingues. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1965.

VALENTIN, V. *História Universal*. São Paulo: Martins Fontes, 1965.

WOADWARD, E. L. *Uma história da Inglaterra*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.